



### **ANEXO "A" DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA E RESPECTIVOS ANEXOS**

Processo nº 48110.000735/2025-89

#### **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2/2026/GIAB/SIL/DG**

Processo nº 48110.000735/2025-89

#### **1. OBJETO**

1.1. O objeto deste Termo de Referência é a contratação de empresa para fornecimento, sob demanda, de insumos de cozinha, para atender às necessidades da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

#### **2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**

2.1. Os itens que compõem o objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas descritas a seguir:

Grupo	Item	Descrição da especificação	CATMAT	Unidade	Quantidade
01	01	<b>Café em pó, tipo Superior</b> , torrado e moído, Torração média, embalado a vácuo em papel alumínio, pacotes com 500g, com Qualidade Global (Nível Mínimo de Qualidade - NMQ) entre 6,0 a 7,2 pontos, na Escala Sensorial do Café (Superior), tolerância de, no máximo, 1% de matéria estranha, sedimento e impureza. O produto deverá apresentar Certificado de Qualidade fornecido por laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde – REBLAS, habilitados pela ANVISA e MAPA, e/ou Selo de Pureza e Qualidade ABIC, fornecido pela Associação Brasileira da Indústria de Café – ABIC, e/ou Laudo emitido por instituto especializado, credenciado pela ABIC no Programa de Qualidade do Café - PQC. Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega. Deverá também apresentar diretamente impresso na embalagem os dados de fabricação e do produto, conforme exigência dos Órgãos de Controle. A aceitação do produto está condicionada à apresentação de Selo de Pureza e Qualidade ABIC e/ou de laudos emitidos por laboratórios habilitados/credenciados (REBLAS, ANVISA, MAPA), conforme legislações vigentes da ANVISA e MAPA, que atestem e comprovem as características mínimas de qualidade exigidas do produto. <b>Marcas de Referência:</b> Café do Sítio, Três Corações, Export, Pilão, Pelé, similar ou de melhor qualidade.	463580	Unidade	1.200
	02	<b>Açúcar refinado</b> ; acondicionado em embalagem de 1kg. Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.	463998	Unidade	300
	03	<b>Biscoito de Maizena</b> ; Sabor Tradicional; Pacote 350g Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.	456469	Unidade	192
	04	<b>Biscoito cream cracker</b> . Tradicional. Pacote 360g. Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.	456468	Unidade	192
	05	<b>Chá de erva-doce</b> ; Caixa com 10 sachês Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.	401735	Caixa	192
	06	<b>Chá de camomila</b> ; Caixa com 10 sachês Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.	258075	Caixa	192
	07	<b>Chá de hortelã</b> ; Caixa com 10 sachês Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.	305799	Caixa	192
	08	<b>Chá de frutas vermelhas</b> ; Caixa com 10 sachês Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.	402681	Caixa	192
	09	<b>Manteiga de primeira qualidade com sal</b> ; Tablete de 200g Validade mínima dos produtos: 04 (quatro) meses, a contar da data da entrega.	446394	Unidade	192
	10	<b>Pão de queijo</b> ; Pacote congelado de 1kg Validade mínima dos produtos: 04 (quatro) meses, a contar da data da entrega.	460490	Unidade	480
	11	<b>Adoçante Sucralose</b> líquido; 100ml Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.	295546	Unidade	48
	12	<b>Guardanapo de Papel</b> , acondicionado em pacotes, Pacote com 50 folhas, FOLHA DUPLA, na cor branca, medindo 22 cm x 22 cm. Validade: indeterminado.	392703	Pacote	300

2.2. O fornecimento deverá ser realizado mediante requisição da área demandante, com entregas programadas, respeitando-se as condições de qualidade, especificações técnicas, embalagens e prazos estabelecidos neste instrumento.

2.3. Os itens deverão ser acondicionados em suas embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, preferencialmente utilizando materiais recicláveis, com a sua identificação, fazendo constar sua descrição e incluindo, quando cabíveis: marca, fabricante, garantia, validade e outras especificações, de acordo com suas características.

2.4. Todos os itens do Termo de Referência possuem CATMAT informado, caso haja divergência de nomenclatura/embalagem no catálogo, deverá prevalecer a especificação técnica constante neste Termo de Referência, admitindo-se equivalentes que atendam integralmente às exigências.

2.5. A proposta deverá especificar, quando cabíveis: marca, garantia, fabricante, custos unitários e totais e, se possível, outras referências que bem identifiquem o produto cotado.

2.6. O preço final deverá incluir os tributos e todas as despesas, inclusive, frete e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais.

2.7. O objeto do presente instrumento será executado por **Empreitada por Preço Global.**

### 3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A - ENBPar é uma Empresa Pública Federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), organizada sob a forma de sociedade anônima, que atua para gerir atividades, conforme estabelecido no art. 2º do Decreto nº 10.791, de 2021.

3.2. Desde o início de suas atividades, a ENBPar, visando prestar os serviços definidos em seu Estatuto, tem procurado proporcionar as condições necessárias para que se possa garantir, com a segurança exigida, as condições operacionais imprescindíveis à realização dos referidos serviços que, dentre outros, envolvem a comercialização de energia elétrica gerada pela Usina Hidrelétrica de Itaipu, assim como o processo de gestão das empresas Eletronuclear e Indústrias Nucleares do Brasil (INB), além de políticas públicas como o Programa Luz para Todos, de universalização de oferta de energia elétrica, os contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) e as ações do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), dentre outros.

3.3. Considerando que os contratos anteriores, que atendiam às necessidades da ENBPar, tiveram seus prazos de execução encerrados, é imprescindível a realização de um novo processo licitatório. Esta medida visa garantir a continuidade das atividades e a aquisição de novos itens necessários ao atendimento das demandas da empresa.

3.4. Dessa forma, o novo processo licitatório é necessário para garantir a continuidade das operações da empresa, atendendo a todas as necessidades atuais e futuras de forma regular e adequada. Nesse contexto, torna-se, portanto, imprescindível iniciar os trâmites processuais necessários que visam não prejudicar o abastecimento da empresa.

3.5. Os quantitativos estimados neste Termo de Referência foram definidos com base no histórico de execução de demandas pela ENBPar, considerando, ainda, o prazo de execução contratual.

3.6. Para a formação do grupo, observou-se o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, com o objetivo de ampliar a competitividade e assegurar economia de escala, em consonância com as práticas de mercado aplicáveis à comercialização dos materiais, de modo a preservar a competitividade necessária à disputa.

3.7. Ressalta-se que o agrupamento dos itens em grupos foi realizado em razão dos quantitativos demandados, tornando o certame mais atrativo para os fornecedores e contribuindo para a eficiência do processo licitatório.

### 4. SUSTENTABILIDADE

4.1. Os critérios de sustentabilidade devem abranger cada fase do ciclo de vida do objeto quais sejam: produção, distribuição, uso e destinação final.

#### 4.1.1. Produção:

4.1.1.1. Os processos de plantio, colheita e processamento devem atender às exigências sociais, ambientais e econômicas em conformidade aos normativos que tratam do tema.

4.1.1.2. As embalagens primária e secundária dos produtos devem ser recicláveis e/ou conter percentual de material reciclado em sua composição em observância aos normativos que tratam do tema.

#### 4.1.2. Distribuição:

4.1.2.1. Devem ser observados os normativos que dispõem sobre as boas práticas para distribuição e comercialização, especialmente do café torrado e moído.

#### 4.1.3. Uso:

4.1.3.1. A forma de consumo, especialmente do café torrado e moído deve evitar desperdício.

#### 4.1.4. Destinação final:

4.1.4.1. Deve ser realizado o descarte seletivo das embalagens a fim de favorecer a correta destinação no pós-consumo. A ABNT-NBR 16182:2014 contém a simbologia de identificação dos materiais para o adequado descarte.

4.2. Além dos parâmetros específicos de sustentabilidade intrinsecamente vinculados ao tipo do objeto contratual, a CONTRATADA deve estar em conformidade com exigências que fomentem a adoção de boas práticas destinadas a otimizar o uso de recursos, reduzir a incidência de desperdícios, mitigar a poluição e considerar atentamente as preocupações de cunho social.

4.2.1. Esses critérios englobam:

4.2.1.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, visando à proteção da saúde e do meio ambiente;

4.2.1.2. Adoção de embalagens sustentáveis e de baixo impacto ambiental, priorizando materiais recicláveis, reutilizáveis e biodegradáveis. A CONTRATADA deve buscar minimizar o desperdício de recursos na embalagem de seus produtos, bem como considerar opções que reduzam a geração de resíduos sólidos e contribuam para a preservação do meio ambiente. Além disso, a embalagem deve ser projetada de forma eficiente, levando em consideração seu transporte e armazenamento, com o objetivo de reduzir as emissões de carbono associadas à logística;

4.2.1.3. Substituição de substâncias tóxicas por alternativas atóxicas ou de menor toxicidade, garantindo a segurança dos trabalhadores e a preservação ambiental;

4.2.1.4. Adoção de práticas que promovam a racionalização e economia no consumo de energia elétrica e água, contribuindo para a redução dos impactos ambientais;

4.2.1.5. Treinamento e capacitação periódicos dos empregados, com foco em boas práticas de redução de desperdícios, poluição e considerações sociais, visando ao desenvolvimento sustentável;

4.2.1.6. Implementação de programas de reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação, reduzindo o impacto ambiental e fomentando a inclusão social;

4.2.1.7. Promoção da utilização da água de reuso ou outras fontes, como águas pluviais ou de poços certificados como isentos de contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, sempre que viável, visando a conservação dos recursos hídricos e a preocupação social com o acesso à água limpa.

4.3. Dessa forma, a CONTRATADA não apenas se compromete com a sustentabilidade ambiental, mas também com o bem-estar da sociedade, cumprindo requisitos que abrangem tanto aspectos ecológicos quanto sociais.

4.4. Os critérios de sustentabilidade procuram assegurar o atendimento à legislação e demais requisitos aplicáveis aos seus processos, produtos e serviços, seguir as diretrizes de sustentabilidade ambiental, observando-se: menor impacto sobre os recursos naturais; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior vida útil e menor custo de manutenção dos materiais e equipamentos, deve ser dada preferência à aquisição de produtos constituídos, no todo ou em parte, por materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis.

4.5. A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com os artigos 5º e 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021; e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

4.6. Seguir as orientações consignadas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/CGU/AGU, 6ª Edição, setembro de 2023. Disponível em <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>.

4.7. Identificar existência de novas metodologias, soluções ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração, com menor impacto ambiental negativo no uso de produtos e serviços, minimizando a poluição e a pressão sobre os recursos naturais.

## 5. MODALIDADE E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE PROPOSTA MAIS VANTAJOSA

5.1. A presente contratação será formalizada por meio do Pregão Eletrônico, modalidade de licitação aplicável aos casos de aquisição de bens ou contratação de serviços comuns, com fundamento no inciso IV do art. 32 da Lei nº 13.303, de 2016.

5.2. Os bens a serem adquiridos apresentam padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, enquadrando-se na classificação de bens comuns e são ofertados no mercado por vasta quantidade de fornecedores, com possibilidade de fácil comparação entre si.

5.3. O critério de julgamento a ser aplicado deverá ser o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência.

5.4. Outrossim, a contratação será realizada, exclusivamente, com Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), em observância às disposições da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ressalvadas as exceções previstas no art. 61 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar.

5.5. A proposta apresentada pela Proponente deverá contemplar o valor unitário, bem como o valor global, devendo estar em conformidade com este Termo de Referência e com o Anexo "A" – Modelo da Proposta de Preços.

5.6. A presente contratação será processada em **GRUPO ÚNICO**, considerando a impossibilidade ou inadequação técnica na divisão do objeto, considerando que os materiais de consumo objeto da contratação são insumos de uso conjunto e contínuo no serviço de copa da ENBPar.

5.6.1. A aquisição conjunta desses itens justifica-se pelos seguintes motivos:

- a) Facilidade de gestão contratual, evitando a celebração e fiscalização de múltiplos contratos para itens de baixo valor unitário;
- b) Maior economicidade, uma vez que a contratação unificada tende a atrair maior competitividade entre fornecedores do ramo do objeto, que usualmente trabalham com esse tipo de composição de itens em seus catálogos;
- c) Redução de custos operacionais e logísticos, ao concentrar entregas e evitar multiplicidade de processos de recebimento e conferência de materiais; e
- d) Melhoria na eficiência administrativa, com racionalização dos recursos humanos envolvidos na fiscalização e controle de estoque.

5.6.2. Dessa forma, a não divisão da contratação mostra-se mais vantajosa à ENBPar, não restringe a competitividade e está em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade que regem as contratações públicas.

## 6. LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

6.1. O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue na sede da ENBPar, localizada no Setor Comercial Sul - SCS, Quadra 09, Lote C, Bloco A, Torre B, Edifício Parque Cidade Corporate, Salas 701, 702, 704, 705 e 801, CEP: 70.308-200, Asa Sul, Brasília/DF, CEP: 70.308-200.

6.2. O endereço de entrega supracitado é situado em Condomínio Empresarial, que possui critérios de horário e acessibilidade próprios e fixados pela respectiva Administração. Nesse contexto, seguem abaixo algumas orientações para a entrega de itens da natureza daqueles do que serão fornecidos pela licitante vencedora:

6.3. As solicitações para descarga e para o acesso de veículos de carga deverão ser encaminhadas por e-mail para a ENBPar (o endereço eletrônico será informado por ocasião do contato inicial com a empresa vencedora) com uma antecedência mínima de 02 (dois) dias da data desejada para a descarga. Tal solicitação será repassada ao Condomínio, para a devida autorização.

6.4. O acesso às áreas comuns do Condomínio para carga e descarga de materiais poderá ser feito somente conforme orientação a seguir:

- a) Área exclusiva para carga e descarga no pavimento térreo: acesso à Área das Docas, para veículos maiores, onde a sobrecarga de uso nesta laje não poderá ultrapassar o limite de 200 kg/m<sup>2</sup>;
- b) Área exclusiva para carga e descarga de pequeno porte: acesso ao 1º subsolo, onde veículos pequenos e caminhonetes, de altura não superior a 2.10 m, estacionarão na área apropriada do Condomínio, e o material a ser carregado ou descarregado deverá ser transportado em carrinhos até o elevador de carga e descarga, não sendo permitido o acúmulo de materiais no hall e circulação para as próximas cargas;
- c) Os carrinhos para transporte da carga são de responsabilidade da empresa transportadora. A ENBPar e o Condomínio não possuem tais carrinhos ou outro meio de transporte de carga;
- d) Para a carga e descarga de materiais deverão ser obedecidos os seguintes horários: 2ª a 6ª feira: das 09h às 11h e das 14h30m às 17h (de acordo com a disponibilidade do elevador de carga); e
- e) As solicitações para carga e descarga, bem como para acesso de veículos de carga devem conter minimamente a placa do veículo, data e horário da realização dos serviços, identificação dos funcionários e da empresa e as informações necessárias para enquadramento do acesso às Áreas das Docas ou Subsolo 1º andar.

6.5. As solicitações para carga e descarga, bem como para acesso de veículos de carga devem conter minimamente a placa do veículo, data e horário aproximado da realização entrega (item 6.2.2 acima), identificação dos funcionários e da empresa e as informações necessárias para enquadramento do acesso às Áreas das Docas ou Subsolo 1º andar (conforme item 6.2.2 acima).

6.6. As entregas deverão ser agendadas com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, pelo e-mail [infraestrutura@enbpar.gov.br](mailto:infraestrutura@enbpar.gov.br), contendo placa do veículo, data e horário aproximado da realização entrega.

## 7. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

7.1. Os recursos orçamentários financeiros necessários à realização do objeto deste Termo de referência estão consignados no Programa de Dispersão Global (PDG), e aprovado pelo na rubrica nº 2.204.039.000 (Materiais de Consumo), do Programa de Dispersões Globais - PDG exercício 2026.

## 8. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

### 8.1. ESPECIFICAÇÕES

8.1.1. As especificações e as quantidades encontram-se descritas na tabela constante no item 2.1, que descreve o objeto deste Termo de Referência.

### 8.2. PRAZO DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.2.1. O fornecimento será iniciado a partir da emissão de Autorização de Fornecimento (AF), que será enviada por representante da ENBPar para o e-mail fornecido pela CONTRATADA, conforme descrição no "ANEXO D".

8.2.2. A CONTRATADA terá até 15 (quinze) dias para a primeira entrega do objeto após o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF).

8.2.3. As entregas recorrentes deverão ser realizadas até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

8.2.4. A tabela abaixo apresenta a quantidade dos itens que deverão ser entregues mensalmente:

OBJETO			
Item	Descrição	Unidade	Quantidade por mês
01	Pó de café. Pacote 500g, <b>tipo Superior</b> , torrado e moído	Unidade	100 pacotes
02	Açúcar Refinado. 1kg	Unidade	25 pacotes
03	Biscoito de Maisena. Sabor tradicional. Pacote 350g ou 360g	Unidade	16 pacotes
04	Biscoito de Cream cracker. Tradicional. Pacote 350g ou 360g	Unidade	16 pacotes
05	Chá de erva-doce Caixa com 10 sachês	Caixa	16 caixas
06	Chá Camomila. Caixa com 10 sachês	Caixa	16 caixas
07	Chá de hortelã Caixa com 10 sachê	Caixa	16 caixas
08	Chá de frutas vermelhas Caixa com 10 sachês	Caixa	16 caixas
09	Manteiga de primeira qualidade com sal. Tablet 200g	Unidade	16 unidades
10	Pão de queijo - pacote congelado 1kg	Pacote	40 pacotes
11	Adoçante Sucralose líquido. 100ml	Pacote	4 frascos
12	Guardanapo de papel pacote com 50 folhas	Pacote	25 pacotes

8.2.5. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.2.6. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2.7. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.2.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.2.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

#### 9. DA VALIDADE DOS PRODUTOS

9.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 10 (dez) meses, exceto o item 09 – Manteiga de primeira qualidade com sal Tablet 200g e o item 10 - Pão de queijo – pacote congelado 1Kg, cujo o prazo de validade não deverá ser inferior a 04 (quatro) meses.

9.2. Os produtos deverão estar acondicionados adequadamente em embalagens apropriadas, em material atóxico que garanta a integridade do produto, contendo a identificação do produto, a marca do fabricante, a data de fabricação e a de validade de forma legível, conforme legislação em vigor.

9.3. As embalagens deverão também garantir a integridade do produto durante o seu transporte, armazenamento e utilização e estar de acordo com a [Resolução Anvisa nº 105 de 19/05/1999](#), alterada pela Resolução RDC nº 56, de 16 de novembro de 2012 e RDC nº 88, de 29 de junho de 2016.

9.4. Não serão aceitos, em hipótese alguma, fardos ou pacotes violados ou com outros danos que prejudiquem o acondicionamento e a qualidade do produto e que causem vazamento.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Cumprir todas as disposições previstas no Edital, seus anexos, na proposta apresentada e neste Termo de Referência, assumindo integral responsabilidade pelos riscos e pelas despesas decorrentes do fornecimento do objeto, inclusive aquelas relacionadas à sua perfeita execução.

10.2. Efetuar a entrega dos itens contratados em perfeitas condições, conforme especificações técnicas, prazos e locais definidos neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhada da respectiva nota fiscal, que deverá conter: marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de validade e garantia, quando aplicável.

10.3. Entregar os itens contratados sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, sendo consideradas inclusas no preço todas as despesas com tributos, frete, seguro, descarregamento, embalagens e demais encargos diretos e indiretos necessários à perfeita entrega.

10.4. Responder pelos vícios e defeitos eventualmente apresentados nos produtos fornecidos, conforme os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), promovendo, às suas expensas, as correções ou substituições cabíveis, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE.

10.5. Atender com presteza às solicitações e reclamações da CONTRATANTE, especialmente quanto à qualidade dos itens fornecidos, providenciando, sempre que necessário, a substituição ou correção dos produtos, sem ônus para a ENBPar, no prazo estabelecido.

10.6. Assumir integralmente a responsabilidade pelo fornecimento dos produtos, sendo vedada a transferência da execução contratual a terceiros, salvo autorização expressa e prévia da CONTRATANTE, observada a legislação vigente.

10.7. Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para entrega, qualquer fato que possa impossibilitar ou comprometer o cumprimento do prazo pactuado, com a devida comprovação.

10.8. Manter, durante toda a vigência contratual, a compatibilidade com as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

10.9. Designar preposto formalmente habilitado para representá-la durante a execução contratual, sempre que necessário.

10.10. Abster-se de veicular publicidade ou utilizar marcas da ENBPar ou qualquer informação sobre a execução do contrato para fins promocionais ou publicitários, salvo com autorização formal da CONTRATANTE.

10.11. Assumir os riscos e responsabilidades por eventuais prejuízos decorrentes da entrega de itens divergentes, deteriorados, vencidos, avariados ou fora dos padrões de qualidade exigidos, inclusive aqueles relacionados à embalagem, transporte, descarregamento, taxas e encargos incidentes.

10.12. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer impedimento de ordem técnica, contratual, bancária ou jurídica que inviabilize a entrega ou o faturamento.

10.13. Efetuar a entrega dos produtos no domicílio da ENBPar, ou em local indicado por representante autorizado, conforme previsto neste Termo de Referência, com observância aos prazos, dias úteis e horários previamente definidos.

10.14. Arcar com eventuais custos decorrentes da devolução de materiais por inconformidade técnica ou em virtude de problemas na logística, responsabilizando-se por todas as providências necessárias à regularização, em prazo não superior a 14 (quatorze) dias corridos, salvo justificativa aceita pela CONTRATANTE.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, conforme as cláusulas contratuais e os termos da proposta apresentada, bem como as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

11.2. Proporcionar as condições e facilidades necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir com suas obrigações dentro dos prazos contratualmente estabelecidos.

11.3. Receber os bens nas condições e prazos fixados no Edital, na proposta e neste Termo de Referência.

11.4. Verificar, no prazo pactuado, a conformidade dos bens entregues com as especificações exigidas, para fins de aceitação provisória e posterior recebimento definitivo.

11.5. Comunicar oficialmente à CONTRATADA, por escrito, a existência de eventuais falhas, imperfeições ou irregularidades nos itens fornecidos, fixando prazo para correção, substituição ou complementação, conforme o caso.

11.6. Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor formalmente designado para essa finalidade.

11.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, no valor correspondente ao fornecimento dos itens, nos prazos e condições estipulados em contrato, desde que cumpridas todas as exigências legais e contratuais.

11.8. Realizar as retenções tributárias cabíveis, conforme legislação em vigor, sobre os valores indicados na Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA.

11.9. Suspender o pagamento da Nota Fiscal/Fatura, caso haja pendência de regularização por parte da CONTRATADA, até a devida comprovação de adimplemento das obrigações.

11.10. Aplicar à CONTRATADA as penalidades previstas na legislação e no contrato, quando cabíveis.

11.11. Ressalvar-se quanto à responsabilidade por compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, bem como por eventuais danos causados a terceiros em decorrência de ação ou omissão da CONTRATADA, de seus prepostos, empregados ou subcontratados, no âmbito da execução contratual.

#### 12. DA HABILITAÇÃO

12.1. A Proponente deverá apresentar os seguintes documentos para comprovação de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira:

12.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), conforme o caso, expedido pela Secretaria da Receita Federal;

12.1.2. Prova de constituição social, podendo ser:

I - Registro comercial, no caso de empresa individual;

II - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em caso de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

III - Em caso de sociedade civil, o respectivo ato constitutivo, registrado no cartório competente, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

IV - Decreto autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.1.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos (CND), na forma regulamentada pelo Ministério da Fazenda, por meio da Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, e eventuais alterações posteriores;

12.1.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

12.1.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, comprovada por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa (artigo 642-A da CLT), cujo prazo de validade é de 180 (cento e oitenta) dias, emitida pelo órgão distribuidor competente na sede da pessoa jurídica do participante;

12.1.6. Certidão Consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU); e

12.1.7. Declaração da Empresa Optante do Simples, se couber.

12.2. Os documentos de regularidade fiscal poderão ser substituídos pela apresentação da Certidão de Regularidade Cadastral (CRC) extraída no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a qual comprova a situação de regularidade fiscal da proponente.

12.3. Os documentos de acesso público que comprovem a habilitação da proponente poderão ser consultados pela ENBPar e anexados ao processo administrativo da contratação, considerando os princípios da eficiência e celeridade.

12.4. Os documentos que não forem de acesso público deverão ser apresentados acompanhados de todas as alterações ou consolidação respectiva.

#### 12.5. Qualificação Técnica

12.5.1. A comprovação de aptidão para execução do objeto de complexidade equivalente ou superior ao pretendido deverá ocorrer por meio de apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

12.5.2. Para fins de comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Considerar-se-á como pertinente e compatível, em características e quantidades, com o(s) objeto(s) do presente procedimento de contratação, a comprovação, por meio de atestados, de que a Proponente forneceu objeto semelhante no quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) do previsto no Termo de Referência, considerando-se ainda a similaridade das características do objeto e dos prazos de execução do contrato.

b) A empresa poderá apresentar tantos atestados de capacidade técnica quantos julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto semelhante, destacando-se a necessidade desses atestados demonstrarem que o interessado forneceu anteriormente, pelo menos, o quantitativo solicitado no subitem anterior.

c) Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorridos 1 (um) anos do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

d) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

e) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela ENBPar, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

f) Os atestados deverão conter, minimamente, a Razão Social, o CNPJ, o endereço, o responsável pelas informações e respectivo cargo, e-mail e telefone de contato - ou qualquer outra forma de que a CONTRATANTE possa valer-se e para manter contato com a(s) Atestante(s) além, de nome e assinatura do Representante Legal da Atestante.

12.5.3. A CONTRATANTE poderá realizar diligência na empresa que ofertou a proposta mais vantajosa e na empresa ou órgão que fornece o atestado de capacidade técnica para averiguar a veracidade das informações prestadas, podendo o(s) envolvido(s) responder(em) administrativa, civil e penalmente. Na diligência poderão ser solicitados documentos tais como contratos, ordens de serviços, notas fiscais e outros que comprovem a execução do objeto do atestado fornecido.

### 13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. É vedada a subcontratação de empresas, uma vez que os objetos deste processo são de simples aquisição de bens de natureza comum.

### 14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições ajustada; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da ENBPar à continuidade do contrato.

### 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Nos casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, garantida a defesa prévia e o contraditório, a CONTRATANTE pode aplicar à CONTRATADA, com fundamento nos artigos 82 a 84 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, as seguintes sanções:

15.1.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos à execução do objeto e não prejudiquem o andamento das atividades normais da ENBPar.

15.1.2. Multa moratória e compensatória:

15.1.2.1. Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado na execução do objeto, calculado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias de atraso. A parcela inadimplida corresponderá ao valor estabelecido para cada item.

15.1.2.2. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado na execução do objeto, calculado sobre o valor da parcela inadimplida, desde o primeiro dia de atraso, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias. A parcela inadimplida corresponderá ao valor estabelecido para cada item.

Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento de obrigações contratuais ou reincidência de condutas que impliquem em aplicação de outras sanções; e

15.1.2.3. Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato em caso de recusa injustificada do adjudicatário assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela ENBPar, recusa parcial ou total na entrega do objeto do contrato, ou rescisão do contrato, calculado sobre a parte inadimplida.

15.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a ENBPar, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

15.3. A advertência e a suspensão poderão ser aplicadas juntamente com a multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

15.4. As multas poderão ser de natureza moratória ou compensatória e poderão ser aplicadas cumulativamente, desde que seja aberto processo administrativo para este fim.

15.5. Na aplicação das multas deverá ser observado o princípio da proporcionalidade estritamente necessário ao atendimento do interesse da ENBPar garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

15.6. Os percentuais devem ser definidos a critério da Unidade Solicitante, levando em conta o impacto da não prestação dos serviços contratados.

15.7. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos à ENBPar, ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

15.8. Em consonância ao disposto no art. 84, da Lei nº 13.303/2016, as sanções previstas no subitem 15.2. poderão ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a ENBPar em virtude de atos ilícitos praticados.

15.9. Se a falha detectada ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela ENBPar, a empresa CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas acima.

15.10. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

15.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, Sistema de Gestão de Procedimentos de Responsabilização de Entes Privados – CGU-PJ, conforme o caso.

### 16. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

16.1. Nos termos da Lei nº 13.303/2016, será designado(a) representante da ENBPar para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, especialmente quanto ao recebimento dos bens, devendo registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relevantes, bem como adotar as providências necessárias à regularização de eventuais falhas ou defeitos observados.

16.2. fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da ENBPar.

16.3. O representante designado deverá manter registro atualizado das ocorrências verificadas durante a execução do contrato, com data, identificação dos envolvidos e descrição objetiva dos fatos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para a adoção das medidas cabíveis.

### 17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento dos objetos deste Termo de Referência será efetuado em moeda corrente nacional após apresentação da Nota Fiscal da Fatura na forma e prazo estabelecidos.

17.2. Para execução do pagamento, a empresa fornecedora deverá entregar a Nota Fiscal/Fatura correspondente, em nome da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar, CNPJ nº 43.913.162/0001-23, o nome e número do Banco, o número de sua conta bancária e a respectiva agência.

17.3. A Nota Fiscal deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante a apresentação pela CONTRATADA, no ato do pagamento do valor devido a cada fornecimento, dos seguintes documentos:

- a) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidão de Regularidade do FGTS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- d) Certidão Consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU); e
- e) Declaração da Empresa Optante do Simples Nacional, se couber.

17.4. O pagamento devido à CONTRATADA deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de recebimento dos documentos de cobrança por representante da ENBPar, caso não haja outra definição no contrato. Caso o dia do pagamento caia em sábado, domingo ou feriado, considerar-se-á primeiro dia útil subsequente.

17.5. O pagamento será efetuado, mensalmente, de acordo com os itens solicitados e efetivamente fornecidos;

17.6. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto do contrato.

17.7. No caso de eventual atraso de pagamento provocados exclusivamente pela ENBPar e, mediante pedido da CONTRATADA, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data a que o mesmo se referia até a data do efetivo pagamento, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$AF = [(1 + IPCA/100) N/30-1] \times VP, \text{ onde:}$$

**AF** = atualização financeira;

**IPCA** = percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

**N** = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento;

**VP** = valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste.

17.8. Demais disposições acerca do pagamento estão previstas na minuta do contrato.

## 18. DA ESTIMATIVA DE VALOR

18.1. O valor estimado para esta contratação não será divulgado no processo de licitação, conforme previsto no art. 34 da Lei nº 13.303/2016, sendo utilizado orçamento sigiloso para incentivar a competitividade entre os participantes, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa para a ENBPar e por consequência, visando ao princípio do interesse público.

## 19. DOS PRAZOS DO CONTRATO

19.1. O prazo de execução e de vigência do contrato referente ao objeto descrito neste Termo de Referência será de **12 (doze) meses e de 14 (quatorze) meses** respectivamente, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual, observado o disposto na Lei nº 13.303/2016.

19.2. O contrato poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado e observado o disposto nos artigos 71 e 81 da Lei nº 13.303/2016, bem como nas condições estabelecidas no instrumento contratual.

19.3. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na execução do objeto deste Termo de Referência, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme previsto na legislação vigente.

## 20. DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1. A CONTRATADA deverá apresentar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total ofertado, nos moldes do art. 70 da Lei nº 13.303, de 2016, que deverá abarcar o prazo de 30 (trinta) dias além do término da vigência do Contrato, conforme as seguintes modalidades:

- a) Caução, em dinheiro;
- b) Seguro-garantia; ou
- c) Fiança bancária.

20.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato;
- II - prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- III - multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- IV - obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

20.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.4. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

20.5. A garantia será considerada extinta:

- I - com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato; e
- II - após o término da vigência do Contrato.

20.6. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.7. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da ENBPar, contados da data da assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar o comprovante de prestação da garantia.

20.8. No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação originária.

20.9. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada pela ENBPar.

20.10. O montante caucionado em dinheiro, será restituído após o término de vigência do Contrato e será atualizado monetariamente (art. 70, §4º da Lei nº 13.303, de 2016).

20.11. A CONTRATADA receberá uma cópia do Contrato, a fim de permitir a obtenção da garantia.

## 21. DA MANUTENÇÃO DE SIGILO DAS INFORMAÇÕES

21.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento em virtude da execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob as penas da lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela ENBPar a tais documentos.

21.2. A CONTRATADA deverá guardar o mais absoluto sigilo em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza a que venha tomar conhecimento, respondendo administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização.

21.3. A CONTRATADA deverá ter conhecimento e observar o [Código de Conduta e Integridade da ENBPar](#), disponível no site da ENBPar.

## 22. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

22.1. A revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa da ENBPar ou mediante solicitação fundamentada da CONTRATADA, quando ocorrer fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no contrato, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja alocado a CONTRATADA nos termos da Matriz de Riscos, observado o seguinte:

- a) a CONTRATADA deverá formular à ENBPar um estudo pormenorizado para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;
- b) a comprovação será realizada por meio de documentos; e
- c) com o requerimento, deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor pactuado.

22.2. A elevação dos encargos não pode derivar de conduta culposa da CONTRATADA.

22.3. Deve haver nexo de causalidade entre o evento superveniente e a onerosidade excessiva.

22.4. Considerar os eventuais reajustes concedidos nas análises dos pleitos de Reequilíbrio Econômico-Financeiro.

22.5. Independentemente de solicitação, a ENBPar poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta da CONTRATADA, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo à CONTRATADA apresentar as informações solicitadas pela ENBPar.

## 23. DO REAJUSTE

23.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

23.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

23.3. A CONTRATADA deverá solicitar o reajuste e/ou revisão de preços até o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

- a) caso o fato gerador do reajuste e/ou revisão de preços ou a divulgação do índice de reajuste ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias do encerramento do Contrato, a CONTRATADA terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste e/ou revisão de preços;
- b) caso a divulgação do índice de reajuste ocorra após o encerramento do Contrato, a CONTRATADA terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste de preços;
- c) a ENBPar deverá analisar o pedido de reajuste e/ou revisão de preços em até 90 (noventa) dias, contados da solicitação e da entrega pela CONTRATADA dos comprovantes da variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério da ENBPar, enquanto a CONTRATADA não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e
- d) caso a CONTRATADA não solicite o reajuste e/ou revisão de preços nos prazos fixados acima, operar-se-á a renúncia a eventual direito ao reajuste e/ou à revisão.

23.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, caso ocorra, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.

## 24. ANEXOS

24.1. ANEXO "A" - Modelo de Proposta

24.2. ANEXO "B" - Certificado de Aceitação Provisória (CAP)

24.3. ANEXO "C" - Certificado de Aceitação Definitiva (CAD)

24.4. ANEXO "D" - Autorização de Fornecimento (AF)

### **ANEXO "A" DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE PROPOSTA**

#### **MODELO DE PROPOSTA**

#### **(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

À

À ENBPar

Centro Empresarial Parque Cidade, Setor Comercial Sul - SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701, 702, 704, 705 e 801, Asa Sul, Brasília-DF, CEP: 70.308-200.

**Referência:** Termo de Referência nº 96/2025/GIAB/SIL/DG

A proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_, inscrita(o) no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, para a contratação de empresa para fornecimento, sob demanda, de insumos de cozinha, para atender às necessidades da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e abaixo descrita:



Grupo	Item	Descrição da especificação	CATMAT	Unidade	Quantidade	Marca	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	01	<p><b>Café em pó, tipo Superior</b>, torrado e moído, Torração média, embalado a vácuo em papel alumínio, pacotes com 500g, com Qualidade Global (Nível Mínimo de Qualidade - NMQ) entre 6,0 a 7,2 pontos, na Escala Sensorial do Café (Superior), tolerância de, no máximo, 1% de matéria estranha, sedimento e impureza. O produto deverá apresentar Certificado de Qualidade fornecido por laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde – REBLAS, habilitados pela ANVISA e MAPA, e/ou Selo de Pureza e Qualidade ABIC, fornecido pela Associação Brasileira da Indústria de Café – ABIC, e/ou Laudo emitido por instituto especializado, credenciado pela ABIC no Programa de Qualidade do Café - PQC.</p> <p>Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.</p> <p>Deverá também apresentar diretamente impresso na embalagem os dados de fabricação e do produto, conforme exigência dos Órgãos de Controle.</p> <p>A aceitação do produto está condicionada à apresentação de Selo de Pureza e Qualidade ABIC e/ou de laudos emitidos por laboratórios habilitados/credenciados (REBLAS, ANVISA, MAPA), conforme legislações vigentes da ANVISA e MAPA, que atestem e comprovem as características mínimas de qualidade exigidas do produto.</p>	463580	Unidade	1.200			
	02	<p><b>Açúcar refinado</b>; acondicionado em embalagem de 1kg.</p> <p>Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.</p>	463998	Unidade	300			
	03	<p><b>Biscoito de Maizena</b>; Sabor Tradicional; Pacote 350g</p> <p>Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.</p>	456469	Unidade	192			
	04	<p><b>Biscoito cream cracker</b>. Tradicional. Pacote 360g.</p> <p>Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.</p>	456468	Unidade	192			
	05	<p><b>Chá de erva-doce</b>; Caixa com 10 sachês</p> <p>Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.</p>	401735	Caixa	192			
	06	<p><b>Chá de camomila</b>; Caixa com 10 sachês</p> <p>Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.</p>	258075	Caixa	192			
	07	<p><b>Chá de hortelã</b>; Caixa com 10 sachês</p> <p>Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.</p>	305799	Caixa	192			
	08	<p><b>Chá de frutas vermelhas</b>; Caixa com 10 sachês</p> <p>Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.</p>	402681	Caixa	192			

09	<b>Manteiga de primeira qualidade com sal;</b> Tablete de 200g Validade mínima dos produtos: 04 (quatro) meses, a contar da data da entrega.	446394	Unidade	192			
10	<b>Pão de queijo;</b> Pacote congelado de 1kg Validade mínima dos produtos: 04 (quatro) meses, a contar da data da entrega.	460490	Unidade	480			
11	<b>Adoçante Sucralose</b> líquido; 100ml Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.	295546	Unidade	48			
12	<b>Guardanapo de Papel,</b> acondicionado em pacotes, Pacote com 50 folhas, FOLHA DUPLA, na cor branca, medindo 22 cm x 22 cm. Validade: indeterminado.	392703	Pacote	300			
							<b>Valor Global (R\$)</b>

Observações para preenchimento da proposta comercial:

Obs. 1) Todas as especificações técnicas do(s) Grupo(s) estão contidas no Termo de Referência e deverão, obrigatoriamente, ser observadas quando do preenchimento da proposta.

Obs. 2) A seleção da proposta mais vantajosa se dará pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**.

Obs. 3) A apresentação de proposta vincula a proponente às condições e obrigações estabelecidas no Termo de Referência.

Obs. 4) Deverão ser preenchidos todos os itens que compõem o grupo, sob pena de desclassificação da proposta.

DECLARAMOS ainda que:

- a) A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data limite para recebimento da proposta comercial;
- b) Recebemos todos os elementos e informações para o cumprimento das obrigações objeto do procedimento da contratação em referência e aceitamos expressamente as condições dispostas no ato convocatório e respectivo Termo de Referência;
- c) Sob as penas da Lei, nesta data, não existem fatos impeditivos à participação desta empresa no presente certame, estando ciente integralmente dos requisitos de habilitação da presente seleção, conforme Termo de Referência e anexos;
- d) Para fins do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988, que esta empresa não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- e) Os sócios da empresa proponente não são direta ou indiretamente, funcionário ou dirigente da ENBPar ou responsável pela seleção, conforme art. 62, parágrafo único, do RILC da ENBPar;
- f) Esta empresa proponente não emprega trabalho forçado ou análogo ao escravo, degradante ou indigno;
- g) No valor constante desta proposta estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto, tais como: deslocamentos, hospedagem, tributos, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais, equipamentos e mão de obra a ser empregada, alimentação, locações, e quaisquer outras despesas ou encargos necessários à perfeita execução do objeto, sem qualquer custo adicional, bem como quaisquer parcelas de outras naturezas, diretas ou indiretas, pertinentes à formação do preço, não nos cabendo o direito de pleitear qualquer majoração do preço, fora das hipóteses legais, regulamentares e contratualmente permitidas, em face das variações quantitativas/qualitativas ocorridas na execução do objeto, bem como de eventual perda de decisão judicial pela qual esta empresa tenha se isentado de pagamento de qualquer tributo ou encargo trabalhista;
- h) Todo e qualquer ônus referente a direitos de propriedade intelectual, marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como por violação dos mesmo, suas consequências e efeitos jurídicos são de responsabilidade desta empresa proponente que responderá por eles contra reclamações relacionadas ao assunto;
- i) A presente proposta foi elaborada de maneira independente por esta empresa, e a intenção e o seu conteúdo não foram, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informados, discutidos, compartilhados ou recebidos por qualquer outro participante potencial, por qualquer meio ou pessoa;
- j) Não tentou, por qualquer meio ou pessoa, influenciar na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desse procedimento de contratação quanto a participar ou não do referido procedimento de contratação;
- k) Garantimos o fornecimento do objeto, bem como os preços ofertados durante toda a execução do futuro contrato;
- l) Estamos comprometidos com a promoção da igualdade de gênero e raça; e
- m) Para fins do disposto no Código de Conduta e Integridade da ENBPar, disponível no endereço eletrônico: [Código de Conduta e Integridade da ENBPar](#), esta empresa tem conhecimento e observará todas as previsões referentes aos compromissos da ENBPar no relacionamento com seus fornecedores, prestadores de serviços, demais parceiros/sócios e clientes.

Os dados da nossa empresa são:

- I - Razão Social: \_\_\_\_\_;
- II - CNPJ (MF) nº: \_\_\_\_\_;
- III - Representante(s) legal(is) com poderes para assinar o Contrato: \_\_\_\_\_, conforme Instrumento Constitutivo da Empresa e/ou Procuração;

IV - Inscrição Estatual nº: \_\_\_\_\_;

V - Endereço completo: \_\_\_\_\_;

VI - CEP: \_\_\_\_\_;

VII - Fone: \_\_\_\_\_;

VIII - E-mail: \_\_\_\_\_;

IX - Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ Conta Corrente: \_\_\_\_\_;

X - Nome(s) e contato(s) do(s) Responsáveis pela emissão dos documentos de cobrança: \_\_\_\_\_; Fone: \_\_\_\_\_; E-mail: \_\_\_\_\_.

DECLARO ESTAR CIENTE E DE ACORDO COM TODAS AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DO EDITAL DA PRESENTE LICITAÇÃO, BEM COMO SEUS ANEXOS.

Local e Data.

Nome e assinatura da pessoa competente para assinatura/representante legal

Cargo

**ANEXO "B" DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE CERTIFICADO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA**

CAP CERTIFICAÇÃO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA	NÚMERO ____/20XX
Contrato:	
Contratada:	
Objeto:	
Local de entrega:	
Descrição do aceite:	
Anexos a este certificado:	
Observações:	
Local:	Brasília-DF. Data:
Assinatura do Responsável - ENBPar	

**ANEXO "C" DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE CERTIFICADO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA**

CERTIFICADO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA - CAD	NÚMERO ____/20XX
Contrato:	
Contratada:	
Objeto:	
Local de entrega:	
O serviço prestado/ objeto entregue pela empresa XXXXXXXXXXXXXXXX ocorreu dentro das normas e condições estabelecidas, respeitando os padrões de qualidade exigidos, fato pelo qual declaramos encerradas as atividades pactuadas no referido Instrumento, não existindo nenhuma obrigação contratual pendente. Assim, declaramos a quitação total e o recebimento definitivo do objeto contratual, ressalvado fato superveniente conhecido após a emissão deste CERTIFICADO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA – CAD.	
DOCUMENTOS VINCULADOS A ESTE CAD:	
ANEXOS A ESTE CERTIFICADO:	
OBSERVAÇÕES:	
Local:	Brasília-DF. Data:
Assinatura do Responsável - ENBPar	

**ANEXO "D" DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**

1. IDENTIFICAÇÃO

Nº da OS / OFB:	
Data de Emissão:	
Emergencial:	( ) Sim
Área Requisitante da Solução:	
Nome do Projeto:	
Sigla:	

Contratada:	
Contrato nº:	

2. ESPECIFICAÇÃO O DOS PRODUTOS / QUANTITATIVO

Id	PRODUTO	UNIDADE DE MED
1		
2		
3		
TOTAL:		

3. INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES

- 3.1. Digite aqui o texto... ....
- 3.2. Digite aqui o texto... ....

4. CRONOGRAMA

Id	TAREFA
1	
2	
3	

5. DOCUMENTOS ENTREGUES

- 5.1. Digite aqui o texto... .... [SE HOUVER... apagar esta seção caso não seja entregue documentos]
- 5.2. Digite aqui o texto... .... [SE HOUVER... apagar esta seção caso não seja entregue documentos]

6. DATAS E PRAZOS

Data Prevista para Início dos Produtos/Serviços:	
Data Prevista para Entrega dos Produtos/Serviços:	
Prazo Total do Contrato (com a garantia):	



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Xingó Tenório de Oliveira**, Diretor, em 04/02/2026, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://enbpar.sei.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://enbpar.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0053617** e o código CRC **0776DB55**.